

PROGRAMA INTEGRAÇÃO AABB COMUNIDADE: OBSTÁCULOS E POSSIBILIDADES NA INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS EM RISCO SOCIAL

Estefânia de Moura Macetti¹

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues²

UNICENTRO (Guarapuava-Brasil)

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar os obstáculos, as dificuldades e as possibilidades no processo de escolarização de crianças em situação de vulnerabilidade participantes do Programa Integração AABB Comunidade, implementado nas escolas. Busca-se, ainda, compreender o papel do Programa na promoção da inclusão social e educacional, bem como na minimização dos impactos decorrentes de situações de vulnerabilidade. Dentre as constatações, destaca-se que as ações desenvolvidas pelo Programa contribuem para a construção de aprendizagens significativas, favorecendo o desenvolvimento da consciência cidadã, do pensamento crítico e da convivência em grupo. Além disso, evidencia-se a valorização da ludicidade como estratégia pedagógica, possibilitando o aprender por meio de brincadeiras e atividades que promovem a participação, a socialização e a inclusão das crianças no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade; Pedagogia social; Inclusão social; Programas socioeducacionais.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro Oeste, Unicentro, Paraná, Brasil.

² Doutora em Educação, docente Universidade Estadual do Centro Oeste, Unicentro, Paraná, Brasil.

RESUMEN:

Este trabajo tiene como objetivo analizar los obstáculos, las dificultades y las posibilidades en el proceso de escolarización de niños en situación de vulnerabilidad participantes del Programa Integración AABB Comunidad, implementado en las escuelas. Asimismo, se busca comprender el papel del Programa en la promoción de la inclusión social y educativa, así como en la minimización de los impactos derivados de situaciones de vulnerabilidad. Entre los hallazgos, se destaca que las acciones desarrolladas por el Programa contribuyen a la construcción de aprendizajes significativos, favoreciendo el desarrollo de la conciencia ciudadana, del pensamiento crítico y de la convivencia en grupo. Además, se evidencia la valorización de lo lúdico como estrategia pedagógica, posibilitando el aprendizaje a través de juegos y actividades que promueven la participación, la socialización y la inclusión de los niños en el entorno escolar.

PALABRAS CLAVE: Vulnerabilidad; Pedagogía social; Inclusión social; Programas socioeducativos.

INTRODUÇÃO

A situação financeira, o contexto social e familiar em que a criança está inserida interferem, diretamente, no seu processo de escolarização. Neste mesmo caminho, estão as questões de como a Educação Social, os projetos sociais e os educadores militantes pela causa social, intervêm no processo educativo das crianças vítimas de violência, fome, abandono e outras questões que, quando somadas, representam a vulnerabilidade social.

O contingente significativo de pessoas nessa condição tem levado educadores a desenvolver diferentes estratégias para minimizar os impactos sociais, por meio de projetos como o Brinquedoteca em Ação e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), além do Programa Integração Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) Comunidade, de iniciativa privada, selecionado para este estudo.

Nesse contexto, questiona-se se tais ações efetivamente contribuem para ampliar a permanência na escola, considerando a necessidade de que essas crianças se sintam acolhidas no ambiente escolar.

Desta forma, esta investigação pautou-se na análise dos obstáculos e da tentativa de inclusão no processo de escolarização das crianças em risco social e das possibilidades encontradas para superar esses obstáculos.

A pesquisa caracteriza-se, como sinaliza Gil (2008) como de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de abordagem bibliográfica e documental. A etapa bibliográfica fundamentou-se na análise de produções acadêmicas, como livros, artigos científicos e legislações pertinentes à temática da educação em contextos de vulnerabilidade social, buscando embasamento teórico para a compreensão do fenômeno investigado. Já a pesquisa documental consistiu na análise de documentos institucionais e normativos relacionados ao Programa Integração AABB Comunidade, bem como de registros oficiais, relatórios e diretrizes educacionais, permitindo identificar princípios, objetivos e práticas que orientam sua implementação. A articulação entre essas fontes possibilitou uma análise crítica e contextualizada do objeto de estudo.

A pesquisa possibilitou constatar que o programa contribui para a inclusão, permanência e desenvolvimento na escola, integrando os três pilares da formação da consciência cidadã: família, escola e comunidade.

Programa Integração AABB Comunidade: Histórico do Programa

O desenvolvimento e participação das crianças na escola dizem muito sobre como elas se sentem acolhidas nesse espaço. Crianças em situação de vulnerabilidade nem sempre participam e se expressam da maneira mais adequada e nisso destaca-se como o trabalho de educadores sociais e de programas sociais pode fazer a diferença nesse processo.

De acordo com Carmo e Guizardi (2018, p. 6):

Quando refletimos sobre justiça social não é possível desconsiderar o contexto de vida dos sujeitos e como tais contextos podem contornar suas formas de expressividade, exercendo influências sobre as maneiras como se posicionam na sociedade e como se enxergam. A omissão e/ou o recuo do poder público em seu papel de proteção social cria ciclos de reprodução de situações de opressão, não só no sentido da desigualdade no acesso a políticas e serviços, mas de cerceamento da livre expressão e lutas dos sujeitos, o que esconde a dimensão coletiva da vivência das populações em contextos de produção de vulnerabilidades.

Dessa maneira, Carmo e Guizardi (2018, p. 2) nos trazem que a vulnerabilidade nem sempre está ligada à condição financeira dos sujeitos, mas sim atrelada às fragilidades de vínculos afetivos e à desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Sendo assim, nesta seção foi abordado como o Programa Integração AABB Comunidade foi concebido para promover resultados positivos na vida das crianças.

O Caderno Pedagógico do Programa Integração AABB Comunidade (2011) descreve que o programa foi criado em 1987, pela Fundação do Banco do Brasil e pela Federação Atlética Nacional do Banco do Brasil. O objetivo central, conforme o documento, é contribuir para a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Ainda segundo o Caderno Pedagógico do programa (2011), essas ações devem promover a permanência na escola e o desenvolvimento dessas crianças por meio de atividades culturais, artísticas, esportivas e de saúde, integrando os três pilares básicos da formação da consciência cidadã: a família, a escola e a comunidade.

Com base no Caderno Pedagógico do programa (2011), pode-se destacar como objetivos a importância de promover ações que busquem a humanização da sociedade, o protagonismo da criança, do adolescente e da família, desenvolvendo a solidariedade e participação social dos indivíduos; motivar a criança para adquirir os conhecimentos científicos; ampliar a sua compreensão e reflexão crítica dos conteúdos escolares a partir da leitura, escrita, operações matemáticas e raciocínio lógico e, principalmente, valorizar o ingresso, a permanência e o sucesso escolar.

A dimensão pedagógica socioeducacional do programa, descrita no Caderno pedagógico (2011), é pautada na metodologia da educação Freiriana, buscando promover reflexões, conscientizações, criações e conhecimentos individuais e coletivos, de si, do outro, da sociedade, da comunidade e da nação, promovendo o aprendizado da compreensão do mundo interno, frustrações e motivações diante de seus atos e da construção de uma imagem cidadã e social.

Graciani (2011), aponta que convívio dos participantes é promovido a partir do desenvolvimento de competências, visando construir o processo de emancipação das crianças, através da autonomia, criatividade, liberdade, análise e posicionamento crítico, resultando no desenvolvimento pessoal a partir da efetivação dos Direitos Humanos. Neste sentido, compreende-se que para que a Pedagogia Social se efetive, é preciso superar os principais desafios da educação formal, que são a garantia de acesso a todos, a qualidade e a aplicabilidade em contextos socioculturais.

Segundo o Caderno de Normas e Procedimentos, o Programa Integração AABB Comunidade fundamenta-se em importantes marcos legais, dentre os quais se destacam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH (1996, atualizado em 2002 e 2009). Considerando que esses documentos asseguram a inclusão, bem como o acesso e a

permanência na escola como direitos fundamentais, eles subsidiam a prática pedagógica orientada para a formação cidadã.

A prática pedagógica do AABB Comunidade é pautada numa concepção de educação que busca privilegiar a construção coletiva de conhecimento e desenvolver o pensamento crítico e criativo, estimulando a autonomia e a cidadania. Deste modo, os temas para estudo se baseiam no currículo da escola formal onde estão distribuídos em 9 (nove) grupos de conhecimentos, chamados “macrocampos”, são eles: Leitura e escrita; Comunicação e tecnologia da informação; Direitos humanos e cidadania, “Matematização”; Cultura e artes; Saúde integral; Cuidado socioambiental; Esportes e jogos; Trabalho e protagonismo.

A iniciativa do programa contribui com a Rede de Proteção Social de Atenção à criança e ao adolescente, principalmente dos que se encontram com seus direitos violados. Para garantir esses princípios, o programa conta com um Conselho Deliberativo Participativo que envolve diversos segmentos sociais como a família, o educando, os educadores, os funcionários da AABB, a escola, os parceiros locais, entre outros.

O programa conta com instituições parceiras que contribuem no seu financiamento, sendo elas a Federação Nacional Das Associações Atléticas do Banco do Brasil (FENNABB) e Fundação Banco do Brasil (FBB) e com a assessoria político-pedagógica do Núcleo de Trabalhos Comunitários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NTC/PUC-SP). Muitos programas contam, ainda, com as parcerias das Secretarias Municipais que estão instaladas.

A ajuda financeira, que a FENABB presta ao programa, serve para manutenção, pequenas reformas, computador e impressora, capacitação dos educadores, encontros dos educandos e cessão dos espaços nas AABBs. Já o apoio da FBB é destinado ao kit uniforme, kit natação, kit primeiros

socorros, kit material de uso permanente, kit cantina, kit macrocampos e capacitação dos educadores.

A formação dos educadores sociais é de responsabilidade do Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC-SP que desenvolve a formação inicial dos educadores para a atuação no programa e a FENABB oferece formação continuada aos educadores através de encontros pedagógicos e cursos online.

A partir do exposto, fica evidente que o Programa Integração AABB Comunidade se configura como uma importante estratégia socioeducativa no enfrentamento das múltiplas dimensões da vulnerabilidade social, ao articular ações que vão além do reforço escolar, promovendo o desenvolvimento integral das crianças. Ao considerar os contextos de vida, as fragilidades de vínculos e as desigualdades de acesso, o programa contribui para a construção de espaços mais acolhedores, que favorecem a participação, a expressão e o sentimento de pertencimento no ambiente escolar. Assim, ao integrar escola, família e comunidade, e ao fundamentar-se em princípios da educação crítica e emancipatória, reafirma-se seu potencial em fortalecer a permanência escolar e ampliar as possibilidades de inclusão social e formação cidadã.

A educação social como garantia de direitos

As características sociais, econômicas e culturais denominam a forma pela qual o ser humano é visto no meio em que vive. As crianças, membros das camadas populares da sociedade, passam por dificuldades de adaptação no ambiente escolar, impossibilitando, muitas vezes, que elas atinjam níveis mais altos no processo de escolarização. As condições sociais e econômicas, interferem neste processo, já que uma parcela significativa da sociedade, sequer tem condições básicas de sobrevivência. A partir dessas condições, é estabelecida uma concepção de educação,

pela qual a intervenção pedagógica é pensada para a realidade dos educandos, para que o conhecimento proporcione condições de superação desta situação.

Para Liberalesso, (2008, p. 120):

Esse trabalho exige compartilhar pensamentos e atitudes, devendo ser realizado por pessoas que se unem em torno de uma sociedade melhor, e que o trabalho com esse grupo exige paciência atuante e persistente, pois as mudanças, muitas vezes, não são observadas a curto prazo, provocando por vezes o desânimo.

Dessa forma, compreende-se que as práticas educativas neste contexto, devem buscar princípios educacionais que visem pela emancipação dos sujeitos. É importante ressaltar, que não existe uma construção individual dessa educação, mas que o processo de educar só existe coletivamente, onde cada educador tem um olhar diferente sobretudo, mas a troca de experiências, o debate e a reflexão sobre as práticas realizadas, é o que dá sentido a esse trabalho.

A educação é um direito fundamental para os cidadãos e deve ser garantida pelo Estado. É uma atividade social necessária para o funcionamento e evolução da sociedade, sendo encontrada com diversas concepções pelos diferentes ramos de conhecimento. A educação, como direito garantido pela Constituição Federal de 1988, faz com que seja dever do Estado garanti-la para toda a sociedade.

A educação é extremamente importante para a inclusão social, pois é por meio dela que as pessoas se tornam mais conscientes da realidade e de seus próprios atos. Desta maneira, a educação busca colaborar com múltiplas demandas, sendo elas: econômicas, políticas, culturais e educacionais. Assim, pode-se perceber que a educação é um processo histórico, social e cultural.

A Constituição Federal, no art. 205, estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Fica evidente que o objetivo é proporcionar a permanência de crianças e adolescentes na escola, mas isso nem sempre acontece, a inclusão social nem sempre é respeitada, pois muitos acabam apenas por integrar as crianças ao meio escolar, mas elas acabam não se sentindo acolhidas ao espaço.

Devido ao imenso número de pessoas em condição de vulnerabilidade socioeconômica, a falta de atenção governamental agrava a situação educacional inclusiva, tendo em vista a disparidade dos direitos básicos entre classes. A intervenção pedagógica que busca amenizar estes problemas sociais é a Pedagogia Social, visando atender às necessidades educacionais dessas crianças e adolescentes.

Segundo Silva (2014, p. 10):

Nessa perspectiva, deve-se ter um olhar mais atento para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Por essa razão, algumas políticas, programas, projetos e ações públicas têm sido implementadas no sentido de garantir os direitos das crianças.

Deste modo, os programas socioeducacionais buscam combater a exclusão educacional voltada diretamente para essas crianças que sofrem de alguma forma os impactos da desigualdade e vulnerabilidade social. Devido às desigualdades e a pobreza, muitas crianças são submetidas à dura

realidade de se tornarem trabalhadores. Estas são obrigadas a viver em um mundo de adultos e tornarem-se submissas e vulneráveis a ele, perdendo seus direitos, seus papéis de criança, sua infância para se tornarem objetos de uma sociedade desigual.

A desigualdade também está escancarada nas escolas, quando estas crianças, privadas de seus direitos de serem crianças, não condizem com a mesma realidade de crianças que são favorecidas economicamente e emocionalmente. Recebem apoio e incentivo dos pais, enquanto de outro lado, as outras crianças, quando vão à escola, o fazem muitas vezes para se alimentar e ter alguma ocupação diária ou simplesmente para sair do lar caótico em que vivem.

Para Carara (2016, p. 2):

No cenário social surge a criança que apresenta a dificuldade e não sabe como lidar com ela. Na escola os profissionais de educação buscam ajudar como podem, mas suas limitações diante de classes superlotadas e falta de tempo para uma dedicação efetiva, fazem com que esta criança fique sem a ajuda diferenciada que precisaria para se desenvolver intelectualmente.

É neste contexto que surge a necessidade de uma modalidade educacional voltada para atender às demandas dessas crianças suscetíveis a fatores de risco. A educação pode facilitar o desenvolvimento da aprendizagem, criatividade, socialização, expressão e autonomia.

O papel da escola, segundo Carara (2016, p. 6):

É no ambiente escolar, principalmente em comunidades vulneráveis, que a escola assume funções que vão além do ensino, onde se dá a socialização, lá também são construídos laços afetivos com colegas e professores que

poderão ocupar papel importantíssimo na vida de uma criança, principalmente se esta passou por adversidades.

A concepção educacional que surge para dar um novo sentido à aprendizagem e socialização dessas crianças e adolescentes é a educação social que vai além dos contextos formais e não formais. Abrange um universo multidisciplinar nos marcos da Pedagogia Social e, segundo Passos e Couto (2017, p. 2), este:

É necessário entender que a Pedagogia Social é ampla, não é neutra, e é o campo da Pedagogia que se constrói, dialoga, transita e agrega sistematicamente os conhecimentos e saberes construídos do Serviço Social, Sociologia, Educação Social, Educação Comunitária, da Educação Popular de Paulo Freire bem como os saberes de experiência produzidos pela humanidade.

Tudo isso para que o educador social aplique esse conjunto de conhecimentos valorizando as interações sociais nas suas práxis educativas de acordo com o contexto socio-histórico em que estas crianças estão inseridas, de forma que elas possam respeitar suas histórias e, assim, transformar seus olhares para que possam mudar estes paradigmas. Os educadores buscam então, promover e propiciar os direitos e deveres, bem como, a autonomia e senso crítico através de uma relação de diálogo para que o educando seja o protagonista da própria história.

Assim, na Pedagogia Social “o papel do Pedagogo Social se fortalece na busca por valorizar, ressignificar, lutar por igualdade e justiça social; perpassa pela importância de ser um com o outro. Isso é Pedagogia Social.” (Passos; Couto, 2017, p. 3). Essas questões estão relacionadas com as habilidades e competências da intervenção social, que buscam por resultados

positivos no trabalho voltado às questões transversais, onde estas não podem ser tão exploradas na escola formal.

Sendo assim:

Dizendo de outra forma, Pedagogia Social é o referencial teórico que fundamenta, dá organicidade e cientificidade às práticas de Educação Popular, social e comunitária forjadas nos movimentos populares, sociais e comunitários no Brasil. Adotada como Teoria Geral da Educação Social (que serve também à Educação Popular e à Educação Comunitária), sua vocação primordial é tirar estas práticas educativas da posição marginal a que foram relegadas, tanto pela academia quanto pela legislação e pelas sucessivas políticas educacionais. (Silva; Silva; Lopes, 2011, p.8)

A Pedagogia Social busca intervir em pontos, muitas vezes, não explorados dentro das escolas, fazendo um trabalho que busca a articulação da família e da comunidade, envolvendo o educando e o educador social, este que precisa ser um profissional amoroso e afetuoso, para assim fazer a diferença na construção das ações e práticas pedagógicas, uma vez que, trabalhar com esse tipo de população que sofrem grandes impactos emocionais, necessitam de um cuidado especial, práticas que despertem o interesse dos envolvidos e que busque sua inclusão na comunidade.

Com o passar dos anos, com o avanço do capitalismo, com a industrialização e urbanização e o avanço tecnológico, surgiram os problemas sociais dividindo a sociedade, excluindo uma parcela da população que não acompanhou esses avanços e, assim, promovendo a vulnerabilidade social. Desta forma, muitos adultos, jovens e crianças começaram a demonstrar carências sociais. Segundo Passos e Couto (2017, p. 6):

A educação, em suas diferentes formas, foi vista como um mecanismo importante para confrontar esses novos problemas, tanto nas famílias como nas comunidades. Como uma tradição de pensamento e de ação, a Pedagogia Social é mais antiga do que o conceito ou o uso do termo Pedagogia Social. Desde o princípio, a perspectiva pedagógico-social se baseava em tentativas de encontrar soluções educacionais para os problemas sociais.

Neste trecho pode-se perceber a importância da Pedagogia Social, quando se fala em sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) visa garantir o acesso e permanência das crianças na escola, Farinelli e Pierini (2016, p. 64) nos traz que:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8069/90, integrou esse processo, reconhecendo a criança e o adolescente como ser humano que, na condição peculiar de vulnerabilidade, requer a proteção da família, da sociedade e do Estado, devendo este último atuar mediante políticas públicas e sociais na promoção e defesa de seus direitos. O ECA detalha os direitos garantidos constitucionalmente, explicitando os mecanismos de participação popular e fiscalização das políticas públicas de atendimento a essa população

Mesmo assegurando o acesso igual para todos, muitas vezes, não ocorre, porque são crianças que advêm de um histórico de problemas sociais, problemas familiares, e não se sentem confortáveis no espaço da escola formal.

Farinelli e Pierini (2016, p. 64) destacam que:

Nos estudos efetuados no cotidiano profissional aliados à prática constatou-se que, a despeito dos avanços da legislação, em termos reais ainda existem muitas lacunas para a garantia desses direitos. O ECA não está sendo cumprido, e nem o que foi construído no próprio SGDCA, gerando condições de vida adversas ao público infanto-juvenil.

Pelo fato de ser urgente o atendimento dessa demanda e vendo que as leis que asseguram o direito dessas crianças, muitas vezes, não dão conta de serem cumpridas, surgem os programas socioeducativos que visam auxiliar na construção do conhecimento dessas crianças. Nesse caso, o Programa Integração Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) Comunidade é uma proposta de iniciativa privada em parceria com as escolas e busca através de sua metodologia, acrescer o olhar das crianças sobre a sociedade.

A efetividade dos programas sociais

A partir da década de 80, notou-se um crescente número de projetos e programas alternativos à educação formal, em que esses projetos buscam atender crianças e adolescentes vítimas da pobreza, violência, desigualdade e exclusão. Deste modo, várias instituições, órgãos governamentais, entidades privadas, fundações, ONGs etc., acresceram o olhar sobre a promoção destes projetos que logo ficaram conhecidos como “programas sociais”.

Nem sempre o Estado atende às demandas da sociedade. Muitas vezes, se mostra alheio às dificuldades da população, oferecendo serviços públicos de baixa qualidade. Deste modo, muitas crianças e adolescentes vítimas da vulnerabilidade social acabam ficando desamparados em relação à família e ao Estado, estando sujeitos assim, aos riscos da violência, maus-tratos e ao trabalho infantil.

Paula (2015, p. 2) retrata que essa questão social acaba por ceder espaços para os “programas assistenciais de caráter emergencial” e que, dessa forma, o Estado abre parceria com entidades privadas que se tornam parceiras. Assim transfere recursos públicos a fim de substituir a responsabilidade estatal, privatizando as funções do Estado.

A educação não-formal no Brasil, surgiu por conta das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Situada no campo da Pedagogia Social que está presente nos programas sociais, intenciona transmitir ou trocar saberes coletivos e destaca a preocupação de como ocorrem os processos de construção de aprendizagens e desses saberes, é por isso que esses projetos e programas sociais estão surgindo na educação como forma de preencher espaços e propor novas metodologias que a escola não está conseguindo cumprir.

A forma como a educação formal vem sendo organizada, acaba promovendo a exclusão social e o pouco acesso à cidadania. A reprodução de métodos e técnicas tradicionais de ensino não conseguem atingir os resultados esperados nas atividades propostas. Desta forma, as crianças vítimas da vulnerabilidade acabam por não se sentirem incluídas nesse processo de escolarização, encontrando esta inclusão na participação em outros espaços educacionais, que buscam transmitir o conhecimento de forma lúdica, valorizando o contexto histórico-social em que a criança está inserida.

Segundo Paula (2015, p. 3 *apud* Shiroma 2007 p. 63):

No que se refere as escolas e as parcerias [...] aponta que essas parcerias tendem, a se efetivar com o intuito de propiciar índices eficazes na sociedade, a autora afirma: “A educação tem um papel decisivo no crescimento econômico e na redução da pobreza”; desta forma as principais circunstâncias que determinam essas prioridades para a educação, são:

formar trabalhadores adaptáveis, capazes de adquirir novos conhecimentos sem dificuldades, atendendo a demanda da economia.

Muitas vezes esses programas educacionais não são apenas pensados para melhor atender os alunos, mas sim como uma “troca de favores” com o Estado, onde ele subsidia as empresas privadas para que elas deem conta da sua ausência. Em troca, algumas empresas têm descontos no imposto de renda através desses projetos sociais. Dessa forma, na maioria das vezes esses programas e projetos não têm compromisso de transformar a realidade da comunidade e acabam não tendo continuidade.

De acordo com Souza, Vialich e Eiras (2010 p. 690):

Independentemente dos problemas inerentes aos projetos sociais existentes, eles têm cumprido um importante papel social. De acordo com algumas pesquisas, eles são importantes e/ou atrativos para seus participantes por se constituírem em espaços favoráveis à sociabilização [...]

Assim, pode-se perceber que nem sempre se têm programas e projetos de qualidade, seja por falta de verba, de apoio ou de profissionais qualificados, mas que mesmo assim eles já cumprem um papel significativo na vida das crianças que deles participam.

Em alguns casos, pode haver facilitadores, que são determinados fatores que proporcionam uma maior eficácia dos programas, sendo elas: a participação da comunidade, parcerias com empresas ou prefeituras, etc., mas de outro modo também existem as barreiras, sendo elas as condições dos espaços e equipamentos, condições de uso dos mesmos, muitas vezes os projetos e programas sociais contam com a “participação voluntária” e isso pode soar de forma negativa, já

que o Estado se desobriga de garantir uma qualidade de trabalho para a atuação dos profissionais, além disso, podem-se observar diferenças nas formas com que os recursos são administrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu-nos compreender a grande importância do Programa AABB Comunidade na busca pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A integração se dá por meio do desenvolvimento da sua autonomia, percebendo o mundo e suas regras, pautados na democracia e no diálogo na busca de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social.

Na investigação, percebe-se que o trabalho desenvolvido pelos educadores sociais com as crianças participantes tem como objetivo contribuir para a sua inclusão, permanência e desenvolvimento, integrando os três pilares da formação da consciência cidadã: família, escola e comunidade.

Assim, constata-se que o programa estudado tem importante contribuição na vida dos educandos, visto que ele proporciona uma grande mudança para aqueles que participam dele, favorecendo a aprendizagem, formação de cidadania, desenvolvimento de habilidades artísticas e esportivas e, também, para a saúde dos alunos ao encaminhar para consultas com médicos, dentistas e psicólogos.

Nessa perspectiva, pode-se destacar a importância da investigação de iniciativas sociais para que se possa entender a participação dos programas de educação não formal nas políticas públicas e como este trabalho pode amenizar as dificuldades de inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Percebe-se, então, que a educação não formal precisa ser cada vez mais ampliada, com propostas de ações que contribuam para a formação das crianças e integrem vários segmentos da sociedade.

Deve-se destacar também, a importância da Pedagogia de Direitos, um dos fundamentos do programa, que é referendada na concepção de educação do Paulo Freire, pela qual propicia aos educandos a reflexão crítica sobre a realidade em que eles estão inseridos e, também, do mundo a sua volta. Além disso, propicia a construção coletiva do conhecimento, fator este que ajuda na interação dos educandos uns com os outros, ponto importante na integração dessas crianças.

Sendo assim, finaliza-se este estudo com a convicção de que, grande parte das ações direcionadas e realizadas pelo Programa Integração AABB Comunidade, promovem a inclusão social através da educação em diferentes perspectivas e abordagens. Destaca-se a ênfase dada à capacidade das crianças de serem os agentes do seu próprio desenvolvimento e mudança nas suas vidas, ajudando-as a refletir sobre suas próprias perspectivas. Portanto, o programa é de suma importância na vida dos participantes, uma vez que ele oferece uma complementariedade escolar aos participantes que, na maioria das vezes, são pobres e vivem em situação de vulnerabilidade e assim, sentem-se excluídos da sociedade, oferecendo apoio aos pais que não têm condições de comprar materiais, uniformes etc. Outro ponto importante é que o Programa tem a sua própria metodologia e filosofia para trabalhar com essas crianças, inclusive com destaque nos estudos do educador Paulo Freire, como citado anteriormente.

Dessa forma, reitera-se a necessidade de se refletir profundamente sobre o modelo educacional hegemônico e sobre a macroestrutura onde a educação e a escola estão inseridas que produzem e reproduzem seres humanos excluídos.

REFERÊNCIAS

AABB COMUNIDADE (Org.). **Projeto Político Pedagógico**. 2019. Disponível em: <http://www.aabbcomunidade.com.br/wp-content/uploads/2019/02/PPPFevereiro_2019.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: 1990.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1)**. Brasília: Ministério da Justiça, 1996. Atualizado em: PNDH-2 (2002) e PNDH-3 (2009).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

CARARA, Mariane Lemos. **Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar**. 2017. 28 p. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Educação e Direitos Humanos: Escola, Violência e Garantia de Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**. vol. 34, n. 3, março de 2018.

GRACIANI, Juliana Santos. **Metodologia do Programa Integração AABB Comunidade: Pedagogia de Direitos e Lúdica**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, Jornal do Educador, ano 06, n. 45, abril-junho, 2011.

FARINELLI, Carmen Cecilia; PIERINI, Alexandre José. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.63-86, jan. 2016. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_35_3_Farinelli_Pierini.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**: Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBERALESSO, Rita de Cacia Borges. A educação social de rua e os pressupostos educacionais Freireanos. **Educere: Revista de Educação**, Rio Grande do Sul, v. 3, nº 5, p. 117-123, 2008.

PASSOS, Jacy Marques; COUTO, Nara Soares. Pedagogia Social: Breve revisão de literatura. **Social Pedagogy, Journal of Social Pedagogy**, v. 1, ed. 1, p. 1-19, 2017.

PAULA, Evânia de Lourdes Mariano. O impacto dos projetos sociais na educação: um estudo de caso. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO**. 11, Rio de Janeiro, 13 e 14 de agosto, 2015. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_136.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2020.

SILVA, Sheila Agda Ribeiro da; SILVA, Roberto da; LOPES, Roseli Esquerdo. **O direito à educação sob a perspectiva da pedagogia social**. São Paulo: FTD, 2011.

SILVA, Carla Casado; CASELLATO, Maria Suzete. (orgs) **Caderno Pedagógico do Programa Integração AABB Comunidade**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011. Disponível em: [http://www.aabbcomunidade.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Caderno _Pedagogico_2011_REVISTO_FENABB.pdf](http://www.aabbcomunidade.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Caderno_Pedagogico_2011_REVISTO_FENABB.pdf). Acesso em 18 out. 2019.

SILVA, Maria Jocelene Cabral. **A prática da educação inclusiva:** Considerações sobre o Programa Integração Social AABB-Comunidade em Limoeiro/PE. 2014. 38 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2014.

SOUZA, Doralice Lange de; VIALICH, Andrea Leal; EIRAS, Suélen Barboza. **Determinantes para a implementação de um projeto social.** 16. ed. Rio Claro: **Revista de Educação Física**, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n3/a17v16n3.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: de Moura Macetti, Estefânia, Raue Rodrigues, Vanessa Elisabete (2026), Programa integração AABB comunidade: obstáculos e possibilidades na integração de crianças em risco social. En: <http://quadersanimacio.net> nº 44, Julio 2026; ISSN: 1698-4404